

VANESSA WENDHAUSEN CAVALLAZZI

e-democracia deliberativa

A criação de espaços
de deliberação social em rede
para a implementação
de direitos sociais

2020

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Introdução	25
-------------------------	-----------

1

E-DEMOCRACIA DELIBERATIVA E A AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE DELIBERAÇÃO SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	41
1.1. Da ágora grega às falhas da representatividade eleitoral: a <i>e</i> -democracia deliberativa como amálgama.....	46
1.2. <i>E</i> -Democracia deliberativa na vida real e suas dificuldades	54
1.3. <i>E</i> -Democracia deliberativa: as diversas faces da deliberação na internet	61

2

A ESFERA PÚBLICA DIGITAL COMO AMBIENTE PARA DELIBERAÇÕES SOCIAIS:

REQUISITOS, TIPOLOGIA E VALIDADE	69
2.1. A internet como a nova esfera pública: aproximando os requisitos de facticidade e validade	77
2.2. A esfera pública digital e a relevância de seus aspectos arquitetônicos para a deliberação social.....	88
2.2.1. Um modelo analítico para a avaliação estrutural da esfera pública digital e suas repercussões sobre o processo deliberativo.....	91
2.2.2. A importância do desenho das ferramentas tecnológicas como veículo para deliberações sociais digitais	106
2.3. Tipologia da esfera pública digital: os minipúblicos como representação descritiva do corpo social e o <i>crowdsourcing</i> deliberativo	117
2.4. A formação da vontade discursiva em ambientes digitais e seus desafios.....	131
2.4.1. A “lei da polarização de grupo” e suas implicações na deliberação social digital	133
2.4.2. A teoria argumentativa do raciocínio e a formação da vontade discursiva na deliberação social digital.....	139
2.5. As relações entre a qualidade das deliberações sociais digitais e a legitimidade democrática de seus resultados	147

3

FAVORECENDO A IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS POR MEIO DE DELIBERAÇÕES SOCIAIS DIGITAIS.....	153
3.1. A ambiência orçamentária como <i>locus</i> para a implementação de direitos sociais.....	154
3.2. Legitimidade democrática das escolhas orçamentárias: melhorando as condições de implementação de direitos sociais	161
3.2.1. Aproximando necessidades sociais e possibilidades financeiras: o <i>crowdsourcing</i> orçamentário de Reykjavík.....	164
3.2.2. A criação de uma cultura de resiliência orçamentária: as deliberações mistas na Alemanha	173
3.3. A qualidade do processo deliberativo digital como um dos requisitos para o aumento da legitimidade democrática das escolhas orçamentárias: a contribuição dos minipúblicos digitais.....	184
3.3.1. As experiências com <i>deliberative polling</i>	187
3.3.2. Os <i>citizen juries</i> digitais na Austrália.....	197
3.4. A capacidade de a esfera pública digital influir nas decisões políticas como fator legitimador das escolhas orçamentárias	207
3.4.1. O orçamento participativo digital de Belo Horizonte.....	210
3.4.2. O orçamento participativo digital de Lisboa	221
Conclusão	233
Referências	247